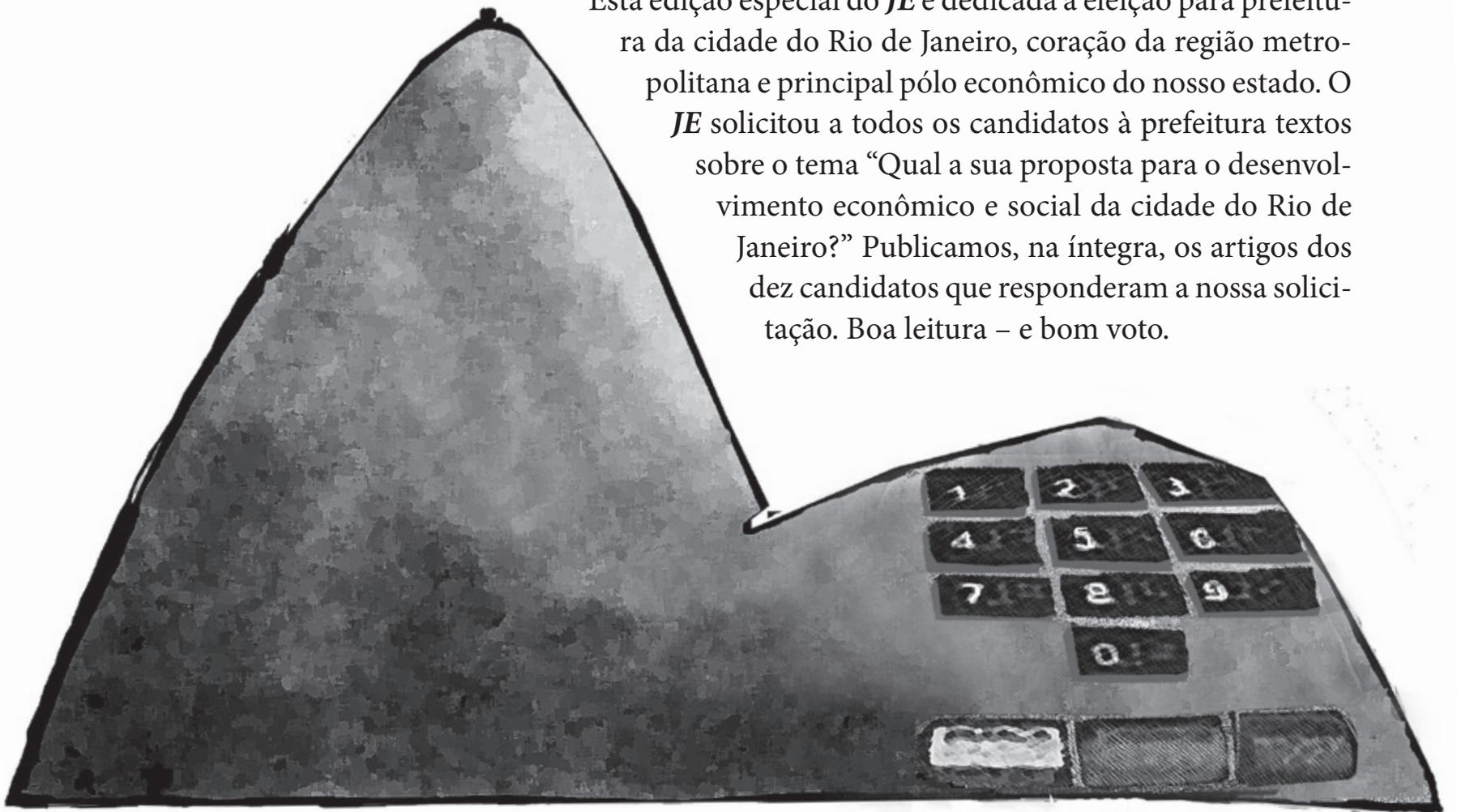


A HORA DO VOTO

Esta edição especial do *JE* é dedicada à eleição para prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, coração da região metropolitana e principal pólo econômico do nosso estado. O *JE* solicitou a todos os candidatos à prefeitura textos sobre o tema “Qual a sua proposta para o desenvolvimento econômico e social da cidade do Rio de Janeiro?” Publicamos, na íntegra, os artigos dos dez candidatos que responderam a nossa solicitação. Boa leitura – e bom voto.



Marcio Pochmann, presidente do Ipea, fala sobre o processo de distribuição de renda e a economia do país, critica a mídia e nega “caça às bruxas” no instituto.

editorial

Eleição e Pochmann

■ A edição do *JE* desse mês de setembro abre as suas páginas para as idéias dos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, em torno dos seus propósitos para assegurar à capital do nosso estado melhores condições ao seu desenvolvimento econômico e social.

A capital do Rio, cidade símbolo do país, é o centro dinâmico de uma gigantesca região metropolitana que passa por mudanças que terão fortes impactos, em um futuro próximo. A construção do Comperj – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, em Itaboraí; a instalação de usinas siderúrgicas em Itaguaí e Campo Grande; ou a ampliação das atividades do Porto de Sepetiba são exemplos dessas transformações de natureza estrutural.

Como conciliar os efeitos desses projetos com os objetivos de garantia de melhores condições de vida para a nossa população?

Foi com esse objetivo que solicitamos respostas aos candidatos. Optamos por ouvir os postulantes à prefeitura da capital, pela própria importância que a cidade do Rio de Janeiro desempenha no contexto da região metropolitana.

A partir da página três, nosso leitor – e eleitor – poderá melhor entender as posições desses candidatos, apresentados em ordem alfabética, de acordo com os nomes com que são conhecidos e que orientam as suas respectivas campanhas.

Infelizmente, apenas não obtivemos respostas dos candidatos Antônio Carlos Silva e Vinicius Cordeiro.

Na nossa entrevista mensal, apresentamos os pontos de vista de Marcio Pochmann, atual presidente do Ipea. Ele fala de seus planos à frente do Instituto, das dificuldades que já enfrentou, e de suas conclusões a respeito do atual quadro da distribuição de renda do país, a partir das pesquisas realizadas pelo órgão que dirige.

Esta edição apresenta, também, artigos dos premiados em segundo lugar nos prêmios Opinião Profissional e de Monografia Celso Furtado, recentemente concedidos pelo Corecon-RJ.

Por fim, extraordinariamente, não apresentamos nesta edição ampliada do *JE* a tradicional página dedicada ao Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro. Optamos por garantir um maior espaço às idéias dos postulantes ao cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Esperamos, assim, contribuir para uma boa escolha do seu voto. 

SUMÁRIO

- 3 Artigo: **CHICO ALENCAR**
- 4 Artigo: **EDUARDO PAES**
- 5 Artigo: **EDUARDO SERRA**
- 6 Artigo: **FILIPPE PEREIRA**
- 7 Artigo: **GABEIRA**
- 8 Artigo: **JANDIRA FEGHALI**
- 9 Artigo: **MARCELO CRIVELLA**
- 10 Entrevista: **MARCIO POCHMANN**
- 13 Artigo: **MOLON**
- 14 Artigo: **PAULO RAMOS**
- 15 Artigo: **SOLANGE AMARAL**
- 17 Prêmio Opinião Profissional: **2º colocado**
- 18 Prêmio de Monografia: **2º colocado**
- 19 A Profissão Ameaçada
- 20 Lançamento de **“Economia do Desenvolvimento”**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnen, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Chico Alencar PSOL



■ O Brasil tem sido, ao longo de décadas, palco de paradoxos. Entre os anos de 1930 e 1980 experimentamos médias de crescimento econômico – tendo como critério a taxa de incremento do PIB – entre as maiores do mundo. A partir da década de oitenta até os nossos dias, acabamos mergulhados em sucessivas crises que agravaram as nossas desigualdades, injustiças e desequilíbrios – regionais, ambientais e sócio-econômicos.

A cidade do Rio de Janeiro é uma vitrine e gritante exemplo desse processo.

Não é possível pensar em um plano de desenvolvimento econômico e social para a nossa cidade desvinculando-a do conjunto dos municípios que compõem o Grande Rio. O estabelecimento, portanto, de uma instância de articulação entre todos os prefeitos da nossa região metropolitana é essencial. Apesar da prevalência das esferas do município e do estado na ordenação institucional das regiões metropolitanas, lacuna deixada pela Constituição de 1988, esta é uma questão imprescindível de ser enfrentada. E não somente para pensar o futuro. No momento, existem

grandes projetos em andamento que trarão fortes impactos para a cidade do Rio de Janeiro e toda a região em seu entorno. O Comperj, em Itaboraí, e as siderúrgicas e portos da região de Itaguaí e Sepetiba são exemplos de empreendimentos, ditados por empresas globais, que – se não forem bem equacionados – poderão se transformar em vetores de maiores desequilíbrios para essa macro-região onde se encontra a nossa cidade-município.

A natureza do poder de um prefeito é, assim, essencialmente política. Um prefeito não é um mero administrador – ou síndico –, nem muito menos um executivo empresarial. A cidade é um espaço de articulação de interesses múltiplos, individuais e coletivos, corporativos e comunitários. Sobre o território de uma cidade se estabelece um conjunto de relações humanas. Serão essas relações a minha principal preocupação enquanto prefeito.

A partir dessa constatação, a ligação partidária que represento – formada pelo PSOL e PSTU – define quatro diretrizes que irão funda-

mentar todas as nossas ações.

A primeira delas será a promoção de um choque de poder político com participação cidadã, garantindo a presença da prefeitura nos espaços privatizados ou abandonados, e propiciando a participação popular no poder local (bairros e administrações regionais).

A segunda diretriz é o estabelecimento de uma ética de responsabilidade social, com inversão de prioridades, assegurando o resgate da dívida social através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas mais abandonadas.

A terceira se refere à separação entre o público e o privado, com transparência administrativa, fiscalização democrática sobre as ações da prefeitura e o uso de recursos públicos, além de uma rigorosa auditoria das contas municipais.

E a quarta dessas diretrizes é o compromisso com a racionalização da máquina administrativa, a redução dos cargos de confiança ao estritamente indispensável e aproveitamento ao máximo dos servidores de carreira em cargos de direção.

Será com base nesses princípios que desenvolveremos nossas ações.

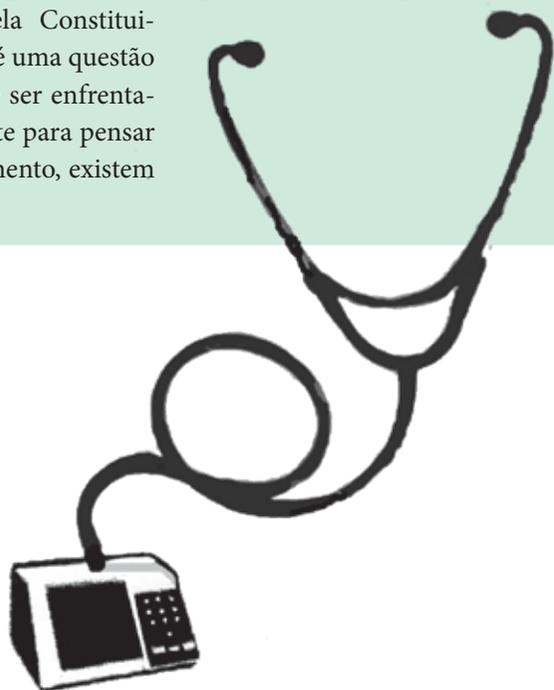
De alguma forma, todas as iniciativas da prefeitura concorrem para implementar um determinado padrão de desenvolvimento econômico e social.

Destaco, como pontos essenciais, as iniciativas relativas às políticas urbana – incluindo o reordenamento das questões relativas ao transporte público – e de habitação popular, inclusive pelos impactos econômicos gerados, particularmente na geração de novos empregos e de renda.

Contudo, acredito que o nosso papel principal é o de favorecer – enquanto poder público – condições mais democráticas de vida cidadina. Essas condições são hoje extremamente desiguais. A partir dos conflitos que vivemos, romper com os paradigmas e exclusões que paralisam a construção de uma sociedade de cidadãos será o nosso maior desafio. E o norte de nossa ação será o de ter as próprias necessidades das maiorias como referência capital para o desenvolvimento do que iremos construir.

Afinal, e de acordo com o legado que nos deixou Celso Furtado, nas metrópoles estão concentrados os processos que interrompem a nossa construção como nação.

Será, portanto, a partir de um novo governo para a nossa cidade que pretendo contribuir para a reconstrução cidadã de nossa sociedade, e de nosso país.





Eduardo Paes PMDB

■ O Rio não pode continuar na atual trajetória de omissão e abandono. Nós podemos e devemos sonhar com um Rio melhor. A população sabe que, sozinha, a prefeitura não pode erradicar a dengue, educar seus filhos, ou lhes proteger da violência causada pelo tráfico de drogas. Mas ela sabe que se a prefeitura voltar a colocar os problemas do cotidiano das pessoas como tema prioritário de governo, as famílias poderão oferecer um futuro melhor para seus filhos.

O desempenho da economia carioca, desde 2002, apresenta uma taxa de crescimento anual médio negativo, na contramão do que acontece em outras capitais como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. No período recente, verificamos uma melhoria na qualidade do emprego, com o aumento do pessoal ocupado com carteira assinada, mas a população jovem não tem se beneficiado e o aumento do emprego formal não se reverteu em ganhos reais de remuneração para o trabalhador com carteira.

Não se pode esconder o fato de que a violência é a principal

causa do esvaziamento econômico do Rio nessas últimas décadas. Entre outros prejuízos, a falta de segurança leva a perda de empresas, entrave ao comércio/entretenimento – uma das vocações naturais da cidade. O Governo do Estado tem conseguido reduzir a sensação de impunidade que imperava na cidade. Vamos criar a Secretaria de Ordem Pública para fazer com que a Guarda Municipal trabalhe em parceria com as forças de segurança do estado, restaurando o ordenamento do espaço público e atuando na prevenção do pequeno delito.

Outra causa do baixo dinamismo econômico é a excessiva carga tributária na cidade, muito superior à de São Paulo, por exemplo. A limitada competitividade tributária do Rio reduz a captação de investimentos e estimula a informalidade, inibe o crescimento e a arrecadação de impostos. Esse ciclo vicioso precisa ser combatido em várias frentes, devolvendo à cidade a condição de ambiente atracente para os negócios.

Na linha de cooperação e diálogo que a futura administração terá com o governo estadual, vamos trabalhar para implantar um novo regime tributário para micros e pequenas empresas, com a unificação das estruturas de fiscalização. Essa parceria com o estado permitirá, também, a aceleração dos processos e a redução de exigências burocráticas para a criação de novos empreendimentos.

Na parte tributária, queremos instituir uma política de troca de parte do ISS por créditos a serem

usados em pesquisa e capacitação profissional junto a instituições cariocas e reduzir as alíquotas do ISS e do IPTU para setores estratégicos como turismo, entretenimento, produção cultural, tecnologia, resseguros, serviços financeiros de alta performance, serviços voltados para os setores de petróleo, gás e telecomunicações.

Com o Pró-Técnico (bolsas para ensino profissionalizante) e parcerias com o Governo do Estado e o Sistema S, será possível ampliar o número de vagas e o número de centros de ensino profissionalizante e capacitação, melhorando a qualidade da nossa mão-de-obra.

Temos a compreensão que a retomada do desenvolvimento econômico do Rio passa também pela revitalização de áreas degradadas do município com potencial econômico. Um exemplo é a Zona Portuária, que dispõe de potencial nos

segmentos de turismo e de infra-estrutura logística; e os corredores da Avenida Brasil, onde os galpões abandonados poderiam abrigar empresas intensivas em mão-de-obra, tais como as que prestam serviços de call-centers.

É papel da prefeitura trabalhar pela na aceleração da Baía de Sepetiba, o que vai melhorar a atratividade da Zona Oeste como um pólo industrial com grande capacidade de geração de emprego e renda.

Esse conjunto de políticas será gerenciada por uma estrutura de governo que terá como principal atribuição atrair investimentos para cidade e articular os interesses e necessidades do setor empresarial junto ao governo municipal e demais esferas da federação.



Eduardo Serra PCB



■ Mesmo tendo crescido menos que o restante do país, assim como o conjunto do Estado, é significativo o potencial de crescimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, hoje uma cidade marcada pela profunda desigualdade entre bairros. Esta divisão é causada pela característica essencial do capitalismo, hoje mundializado, de concentrar renda e eliminar postos de trabalho, pela presença de políticas neoliberais nos planos Federal, Estadual e Municipal, que retiram direitos dos trabalhadores e pro-

piciam toda a liberdade para os capitais, e por causas mais localizadas como a própria transferência da capital e a pequena participação relativa do Rio nos planos desenvolvimentistas dos anos 50, 60 e 70. Ela se reflete na precariedade da infra-estrutura urbana ou mesmo a sua ausência nos bairros das zonas Norte e Oeste e da Leopoldina, além de outras áreas, na iluminação, na pavimentação das ruas, na drenagem urbana e em outros itens, o que contrasta fortemente com o elevado padrão de urbanização dos bairros de alta renda. A desigualdade está igualmente presente na insuficiência no provimento dos serviços sociais como saúde, cultura, habitação, transporte e mesmo segurança, hoje explorados, majoritariamente, por empresas privadas que, por sua natureza, tornam o acesso a estes serviços extremamente restrito para

a maioria da população. A presença de elevados índices de desemprego agrava ainda mais este quadro, e a participação política direta é bastante restrita.

Em nossa opinião, o desenvolvimento deve ser visto como uma necessidade, deve ser ordenado, decidido e encaminhado pelo conjunto da sociedade, organizada nos Conselhos Populares que criaremos, em cada bairro, e nas entidades da sociedade civil, e voltado para a superação das desigualdades. Partimos de um provimento de cerca de R\$ 1 bilhão para investimentos, de fonte orçamentária. Prevemos um significativo aumento da arrecadação com a implementação de cobranças de melhorias e de taxação de imóveis fechados, além do uso mais constante de recursos Estaduais e Federais, em regime de cooperação administrativa, e de recursos de organismos internacionais para os projetos de expansão de infra-estrutura, de proteção e recuperação ambiental e de restauração e manutenção do patrimônio histórico, entre outras aplicações. Como vetores do desenvolvimento que queremos para o Rio de Janeiro, balizados por um Plano Diretor consolidado, integrado com os municípios vizinhos e concatenado com planos setoriais de investimentos, teremos a priorização dos investimentos nas áreas hoje menos favorecidas, com a recuperação e a construção dos sistemas de fornecimento de água e gás encanados, iluminação, pavimentação, drenagem urbana e de equipamentos urbanos diversos. Teremos a retomada da ação direta do Estado nas áreas sociais, expandindo e modernizando as redes públicas de saúde, educação e cultura,

com a realização de concursos públicos, a construção planejada de equipamentos diversos para as áreas sociais e o oferecimento de melhorias salariais para os servidores; expandiremos a presença do Poder Público na expansão e na operação direta do transporte de massa – prevendo-se a construção de sistemas como as linhas de Veículos Leves sobre Trilhos e outros equipamentos – e na segurança, e aumentaremos a oferta de programas de habitação governamentais. Com estas ações, aumentaremos a massa salarial e geraremos efeitos multiplicadores de emprego e renda.

Promoveremos também os setores da economia para os quais o Rio apresenta clara vocação: os setores de alta tecnologia, apoiados pela presença de universidades e centros de pesquisa e de um grande número de profissionais altamente qualificados; o turismo, que deve ser expandido e mais qualificado, voltado também para áreas ainda pouco exploradas como os segmentos cultural e ecológico, para os quais poderemos contar com programas integrados com os governos Estadual e Federal. Atrairmos, com a oferta de incentivos fiscais, infra-estrutura e um programa de compras governamentais, empresas de setores intensivos em trabalho, como as do setor de vestuário.

E promoveremos, já no primeiro ano de mandato, programas emergenciais de emprego urbano, com frentes de trabalho voltadas para a recuperação de equipamentos públicos, a limpeza da cidade, o ordenamento do trânsito e outras ações.



Filipe Pereira PSC



■ Estamos diante de um quadro de desgoverno que há muito não se via na cidade do Rio de Janeiro. A cidade está literalmente abandonada. Não há política pública para nada, o atual prefeito prefere a comodidade do governo virtual a enfrentar a dura realidade do sucateamento da máquina pública. A Saúde chega ao limite da irresponsabilidade, os serviços de luz parecem dirigidos por quem vive no escuro, as favelas não têm a atenção que merecem, o transporte beira o caos sob a ganância das multas e os estudantes sofrem com a ausência de professores e escolas de risco.

A Prefeitura deixou de ser agente promotor do desenvolvimento. É preciso mudar, não só os governantes, mas também os objetivos do trabalho. Nossas desigualdades econômicas e sociais são o desafio a ser enfrentado. Enfrentado com a melhoria da qualidade e da eficiência da prestação dos serviços públi-

cos e isso só pode ser feito se dando chance ao novo, pelo compromisso de mudar, com gente jovem, competente e determinada.

Não haverá crescimento econômico sem política que atraia as empresas, respeite os contribuintes, aplique seus impostos em obras que realmente são necessárias. Trate o turismo como uma cruzada pela valorização de nossas potencialidades. Uma cidade limpa, segura e com atrações valorizadas e bem divulgadas, nacional e internacionalmente.

Não teremos mais justiça social sem a promoção da cidadania. E isso só se começa a conseguir com a população sendo respeitada em seus direitos e respeitando seu prefeito. São ações neste sentido que precisam, urgentemente, serem tomadas. O incomparável Rio de Janeiro agradecerá.

Mas apenas a ação para dar melhores condições de vida à população não será suficiente. Nós propomos uma revolução no sentido da nossa própria existência, como

peçoas, no sentido de encontrar nosso caminho, com Deus e a fé renovadora.

O caminho do desenvolvimento do indivíduo e do social, COMO DEFINE NOSSA DOUTRINA, pressupõe a compatibilização do homem consigo mesmo e com o outro, devendo todo este processo ser dinamicamente constituído. A busca deste desenvolvimento exige ação. A instabilidade das soluções harmonizadoras entre o projeto coletivo e os projetos individuais leva a um permanentemente projeto político. Trilhar este caminho significa viver o processo democrático.

A mensagem demonstra que não existe um Estado Democrático estático, mas sim o dinamismo de um Processo Democrático, exigindo permanente atenção, reconstrução, avaliação – decisão.

O lugar de Deus está mostrado. Sua existência exige fé, e esta é certamente uma posição individual. Todavia a busca deste lugar é um projeto, um projeto que compatibilize o indivíduo com o coletivo através de três decisões – que geram as três condições capazes de viabilizar o Processo Democrático:

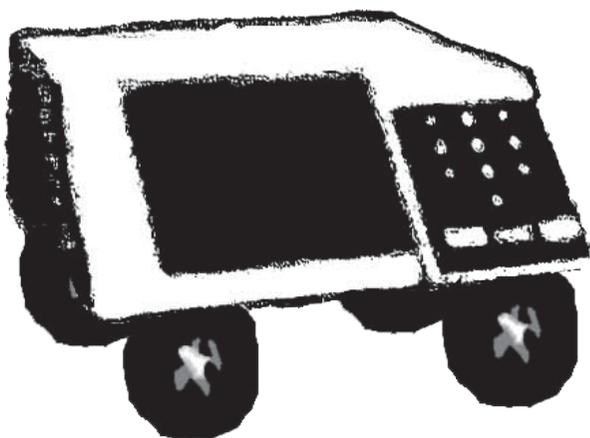
Condição necessária: Amar a si mesmo; Condição de possibilidade: Amar ao próximo; Condição de Exercício: Amar ao próximo como a si mesmo.

Esta é a nossa mensagem por um futuro melhor, que implica em reflexão, mudança e solidariedade.

O PSC é um Partido consciente de que o Partido Social é um projeto de evolução permanente, onde cada ganho significa um degrau

a mais na busca de um mundo melhor, em que os indivíduos dentro de suas características particulares participam intensamente da construção de uma sociedade cada vez mais solidária, democrática, orgânica, pluralista, comunitária e perfectível, em que o indivíduo e o coletivo buscam harmonicamente atingir pontos cada vez melhores, tanto para cada indivíduo como para suas estruturas sociais organizadas. Lembrando sempre que o hoje tem de ser melhor do que ontem e o amanhã necessariamente melhor do que hoje.

Todos os Cristãos, de qualquer denominação e de qualquer partido político, devem estar comprometidos na construção de um mundo melhor, baseado no princípio fundamental do “amar ao próximo como a si mesmo”. Por isto, considero o PSC uma nova forma de fazer política, que tem na ÉTICA um valor fundamental, e nas ações lícitas e transparentes, o único caminho a ser trilhado pelos políticos que valorizam o voto de seus eleitores.



Gabeira PV

■ Vamos reinventar o futuro do Rio de Janeiro e recolocá-lo no caminho da paz e da prosperidade, com o fortalecimento das vocações econômicas da cidade - turismo, cultura, entretenimento, serviços de alto valor agregado e indústrias de base tecnológica - e a inclusão social produtiva. Com grande investimento em conhecimento (educação, tecnologia e inovação), melhoria do ambiente de negócios e qualidade de vida.

A saúde dos cariocas é uma questão emergencial. Vamos ampliar e melhorar a atenção primária na cidade, com soluções inovadoras, já aplicadas com sucesso em outras cidades. Ampliaremos a rede Saúde da Família e a rede de ambulatórios, atendendo manhã, tarde e noite. Implantaremos um sistema integrado de prevenção de epidemias, como a da dengue, utilizando os melhores métodos e soluções disponíveis no país e no exterior.

Promoveremos um choque de gestão nas unidades hospitalares, especialmente nas de emergência, via parcerias com organizações sociais, que assumirão o gerenciamento das operações e viabilizarão a remuneração justa aos médicos e contrapartida destes. Cuidaremos da implantação integral do SUS, instituindo consultas com hora marcada nos ambulatórios.

Já no que concerne a segurança pública, outra prioridade, a Guarda Municipal trabalhará em parceria com a PM, usando armas não letais e comunicação em tempo real para acionar as

forças policiais armadas, quando necessário. E a Prefeitura produzirá e fornecerá informações (de câmeras da cidade, pesquisas e informes) para os sistemas de inteligência das polícias.

Igualmente importante será o cuidado com a educação, o principal instrumento de desenvolvimento sustentável da cidade no longo prazo. Expandiremos a rede de creches e habilitaremos creches comunitárias de alto padrão. Ampliaremos o tempo de aulas do ensino fundamental e enfatizaremos a qualificação intensiva, a avaliação e a motivação dos educadores. Viabilizaremos aulas de reforço, com 'explicadores'. E articularemos a ampliação do acesso ao ensino profissional com as demais esferas governamentais, o setor privado e a sociedade civil.

Qualidade de vida depende, também, de condições de moradia, mobilidade e do próprio ambiente urbano. Por isso, promoveremos a reorganização do transporte público, a limpeza e o saneamento da cidade.

Um novo Plano Diretor será posto em execução, destacando uma política de desfavelização e a estruturação de uma rede de 26 pólos de desenvolvimento para estabelecer novas centralidades e revitalizar aquelas áreas. Assim, estimularemos economias regionais e reduziremos a pressão sobre o transporte de massa.

Urbanizaremos o Porto, as praias e parques e as regiões mais populosas das zonas Norte e Oeste. Atuaremos com força no meio ambiente, melhorando os serviços de limpeza urbana; investindo no saneamento e na despoluição das



baías e lagoas; prevenindo e controlando a poluição das praias e dos grandes logradouros públicos; na defesa do verde e na recuperação de áreas degradadas.

É prioritário viabilizar o tratamento de esgotos na Zona Oeste - que hoje em dia tem zero de tratamento.

Também daremos ênfase à urbanização e organização das favelas com medidas concretas, inovadoras e firmes, além do apoio à liberação das áreas hoje sob o domínio de criminosos. Em parceria com o setor privado, estimularemos a melhoria das habitações e criaremos projetos urbanísticos. E viabilizaremos a regularização fundiária e a formalização dos micro e pequenos negócios nas comunidades.

Também implantaremos soluções inovadoras que reduzam o custo e os tempos do transporte público, com trajetos integrados pelo bilhete único e corredores exclusivos para ônibus de grande capacidade. Investiremos na expansão do metrô, na melhoria dos trens de subúrbio e em soluções

eficazes de transporte sobre trilhos para a Barra da Tijuca.

No entanto, nada disso será possível sem um choque de boa gestão, transparência e honestidade.

Teremos: parceria interativa com os cidadãos, através de um canal 0800 para receber e registrar reclamações e demandas; gestão eficiente e orientada para resultados, com total profissionalização de todos os gestores e implantação de contratos de desempenho; modernização da gestão de pessoal na Prefeitura, com foco em qualidade, produtividade e metas; governança metropolitana, com gestão compartilhada (com o Estado e demais municípios) de questões e de projetos de interesse metropolitano, especialmente nas áreas de transportes de massa, saúde, saneamento e combate à poluição e limpeza urbana; e por último, e o mais importante: um governo ético e com tolerância zero a qualquer forma de desperdício ou desvio de recursos públicos.

Jandira Feghali PC do B

■ O município do Rio de Janeiro vem em uma trajetória de baixo dinamismo econômico há muito tempo. Reverter essa tendência dependerá de uma série de ações regionais, como os investimentos em saneamento, da consolidação dos investimentos do Arco Rodoviário e do Porto de Itaguaí, que recolocaram o município do Rio de Janeiro na posição de centro logístico do Atlântico Sul. Especificamente, no município do Rio de Janeiro, é fundamental a implementação de uma política integrada de cultura, turismo e esporte. Isso envolve a definição de um plano diretor de turismo, a implementação do programa cidade da cultura e os investimentos no programa esporte e cidadania. Esta cadeia produtiva gera um grande número de emprego e renda.

Para incentivar a indústria do entretenimento é necessária a definição de um novo plano diretor de logística, integrando transporte público e habitação e eliminando o caos urbano. Este inibe o setor de entretenimento na medida em que aumenta a insegurança nos espaços públicos e retira demanda do setor formal. O incentivo para a construção civil através dessas obras aumentará a geração de emprego e renda.

As micro e pequenas empresas são fundamentais para a geração de emprego e renda. Trabalharei com as micro e pequenas a partir dos Arranjos Produtivos Locais. Já foi feito um

levantamento de vários locais para a instalação de aglomerações micro e pequenas empresas. Ao longo da Avenida Brasil existe vários galpões que podem ser reformados, dotados de infra-estrutura digital e de telecomunicações para o desenvolvimento destas empresas.

Para a atuação integrada na região metropolitana, vou propor a criação de uma agência com a participação de todas as prefeituras dessa região. Os problemas de transporte, saneamento e saúde, não se resolvem sem uma atuação integrada com essas prefeituras.

A criação de empregos qualificados passa por um plano abrangente de integração das instituições de C&T do município em uma ação integrada para a inovação. Já há três áreas prioritárias para esse programa: design, tecnologia da informação e fármacos.

As ações estratégicas para mudar a situação de abandono da cidade do Rio estão baseadas no diagnóstico da fragmentação social, política e geográfica da cidade, fruto dos últimos 16 anos de governo com a mesma concepção de privatizar os espaços públicos. A política social deve ser integrada. Saúde, educação e urbanismo são os temas definidores da cidadania e da democracia.

Na área de saúde é fundamental a coordenação das atividades da prefeitura e do governo do estado. A minha proposta é a criação de um centro integrado de gerenciamento da saúde, que tenha até um local comum de trabalho onde estejam todos os órgãos ligados ao gerenciamento da saúde no município e no

estado do RJ. Levaremos saúde para a população, através das escolas, do programa de saúde da família, dos postos de saúde 24h, e da responsabilidade da prefeitura como gestora da saúde no município.

Na área de educação a implantação progressiva do horário integral nas escolas é a prioridade. Outra prioridade é a educação infantil com os programas de creche e pré-escolar. É importante a recuperação da infra-estrutura das escolas e das bibliotecas e a capacitação dos professores para que tudo isso possa se realizar.

É necessária a elaboração de um novo plano diretor urbano, que tenha como premissa básica a devolução da cidade aos seus habitantes e acabe com a privatização do espaço público. Nesse plano as prioridades serão o fim da habitação precária, insalubre e de risco, a desocupação de encostas e de áreas próximas de acervo ambiental e



o programa de habitação popular, integrado com oferta de serviços públicos de infra-estrutura, para acabar com o déficit de habitação no município.

Porém, para que a prefeitura possa prestar serviços de qualidade é necessário que os seus funcionários tenham todos os seus direitos garantidos. No caso da saúde e da guarda municipal, será realizado concurso público imediatamente.



Marcelo Crivella PRB

■ O Brasil do futuro depende muito do que planejarmos e fizermos agora.

Exportação de software

O Rio tem todas as condições para participar ativamente do novo ciclo de desenvolvimento ensejado pela recém aprovada Política Industrial do Governo Federal, que tem como um dos quatro projetos prioritários o apoio à produção e exportação de software. É uma indústria limpa, inteiramente compatível com a vocação natural do Rio, criadora de milhares de empregos de boa qualidade para nossa população, aumentando o poder aquisitivo e aquecendo a economia. Farei do Rio a capital brasileira do software, mobilizando para isso todos os recursos necessários em termos de incentivos e subsídios municipais.

Pólos científicos

O Rio de Janeiro possui uma das maiores concentrações de universidades, institutos e centros de pesquisa em diferentes

campos científicos e tecnológicos, reunindo milhares de estudantes e um corpo docente universitário formado por mestres e doutores que se destaca como um dos mais preparados em todo o País e na América Latina. Na área de ciência e tecnologia iremos desenvolver os seguintes programas:

- Parque tecnológico da Gávea: Implantarei, no terreno do antigo Laboratório Moura Brasil, o Parque de Inovação Tecnológica e Cultural da Gávea, com o apoio do Governo Federal, através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, e da PUC.
- Inclusão digital: Promoverei um amplo Programa de Inclusão Digital nas comunidades carentes, permitindo aos estudantes das classes menos favorecidas o acesso à Internet; criarei o Prêmio Inclusão Digital para reconhecer as soluções de baixo custo que permitam a implantação de Lan Houses Sociais.
- Institutos de pesquisas: Vou incentivar os Institutos de Pesquisa que se dedicarem ao estudo dos problemas da cidade e apresentarem soluções viáveis e inovadoras em todas as áreas do conhecimento.

Programa de desburocratização

O cidadão merece toda a eficiência da Prefeitura para facilitar sua vida em vez de ficar emperrado na máquina burocrática. Vamos desburocratizar a Prefeitura:

- Implantação do Licenciamento Online, desde a resposta da Consulta Prévia de Local até a emissão do

Alvará, possibilitando que todo o processo seja efetuado via internet, sem a necessidade de comparecimento pessoal do contribuinte.

- Garantir alvará de licença em 24 horas, isto é, uma nova empresa aberta em 24 horas.
- Licença de obras em 10 dias, gerando mais investimentos e mais empregos para a nossa cidade.
- Licenças ambientais em 30 dias, quando hoje o prazo médio é de 6 meses a um ano.
- Licença de inspeção sanitária em 10 dias, acabando com a taxa de renovação e com isso facilitando a vida de milhares de profissionais liberais e empresários.

Impostos e política tributária

Vou modernizar a Administração Tributária do Rio de Janeiro e torná-la mais justa para o contribuinte. Cerca de 1 milhão e 800 mil pessoas em toda a cidade, mas principalmente na Zona Sul do Rio de Janeiro, são penalizadas por conta de ações arbitrárias e inconseqüentes. Não vou permitir que isto continue acontecendo.

Nota fiscal eletrônica para ISS

Vou modernizar a máquina arrecadadora da cidade do Rio de Janeiro, implantando imediatamente o sistema de emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços pela Internet, no site da Prefeitura, concedendo descontos de até 50% no IPTU para os cidadãos que contratarem serviços por esse sistema. Se você contratar serviços com empresas que usam o sistema da Nota Fiscal Eletrônica, vai poder acumular créditos e reduzir seu próprio IPTU. Esse sistema controla a arrecadação do ISS, elimina a sonegação fiscal, permite ao empresário gerenciar suas notas, elimina cus-

tos com talões e gera para o cidadão créditos para desconto sobre o valor do IPTU.

Em Angra dos Reis este sistema aumentou em 432% a arrecadação do ISS, entre 2004 e 2007. Em São Paulo o aumento da arrecadação, em apenas um



ano e meio, foi de cerca de 30%, com previsão de um novo recorde no final deste ano. Outras cidades, como Manaus e Recife, também já adotaram essa nova tecnologia.

Esta é a administração eficiente, justa e humana, em que o contribuinte/consumidor, espontaneamente colabora com o aumento da arrecadação. E aumentando a arrecadação, podemos estudar a redução de alíquotas. Assim, vamos trazer de volta para o Rio de Janeiro cerca de 8.000 empresas que mudaram seu domicílio fiscal para Saquarema (5.000) e Rio Bonito (3.000) – verdadeiros “paraísos fiscais”, que oferecem alíquotas menores por causa da burocracia que se instalou no Rio de Janeiro.



"O percentual mais pobre da população melhora a sua participação no total da renda do trabalho"

P: Por favor, explicita de forma sucinta as conclusões do estudo do Ipea, divulgado no início de agosto, sobre a atual situação da distribuição de renda no Brasil.

R: O Brasil vive um paradoxo distributivo do ponto de vista da renda e da riqueza. Se nós olharmos o que está ocorrendo no âmbito da chamada dis-

tribuição funcional da renda, que é aquela que considera basicamente a composição da riqueza, nós vamos ver que não há sinais de melhora, justamente porque a participação da renda do trabalho não tem aumentado. A renda da propriedade, aquela que deriva dos juros, lucros e aluguéis, se mantém como sendo a parte predominante

da riqueza nacional. Em 1980, por exemplo, a renda do trabalho respondia por 50% de toda a riqueza do país, e segundo os últimos dados que temos do IBGE, a renda do trabalho representa 39,1% da renda nacional.

Quando nós analisamos sob o prisma da distribuição funcional, não temos sinais de melhora. No entanto, quando nós analisamos a distribuição pessoal da renda do trabalho, que decorre da declaração do rendimento, derivado do trabalho ou de políticas sociais, como aposentadoria e programas como o Bolsa-Família, nós vamos verificar que há, sim, um sinal de redução da desigualdade, justamente porque o percentual mais pobre da população melhora a sua participação no total da renda do trabalho, especialmente porque até o quarto decil da distribuição pessoal da renda, os 40% mais pobres, melhoraram seu rendimento médio e sua participação na renda do trabalho.

Então, por força disso, o Índice de Gini, que é o indicador que mede a desigualdade da renda do trabalho no Brasil, vem reduzindo. O último dado nacional é de 2006, que dá um índice de 0,56. O índice de Gini é um indicador de desigualdade que varia de zero a um, quanto mais perto de um, pior a desigualdade. O nosso já chegou a estar acima de 0,6 no início

dos anos 90, e hoje está em 0,56, é um dos melhores, embora seja equivalente ao índice de Gini de 1970. O menor índice de Gini que nós tivemos é de 1960, quando começaram a ser feitas as pesquisas de renda no país, e é de 0,5. Nós podemos dizer inclusive que um país que tem renda do trabalho distribuída, digamos, de uma forma civilizada é aquele que tem um índice abaixo de 0,45. Então nós ainda temos um longo caminho pela frente para chegarmos a uma situação civilizada em termos da distribuição pessoal da renda.

P: Na sua estimativa, quando vamos chegar a esta situação civilizada?

R: Bom, se mantivermos o ritmo de redução do índice do Gini verificado nos último quatro anos, possivelmente na metade da próxima década nós estaremos nos aproximando desse parâmetro civilizado de distribuição de renda.

P: É correto dizer que a maioria dos brasileiros faz parte hoje da classe média?

R: Esse é um tema que exige uma discussão mais aprofundada, porque o conceito de classe não deriva somente do indicador de renda. Classe social é um conceito caro para as ciências sociais de maneira geral, que olham um conceito mais amplo de detenção de propriedade ou não, aspectos culturais, posse de bens e serviços, status etc.



O que é possível dizer, no nosso modo de ver, é que os dois extremos brasileiros, os muito ricos e muito pobres, se reduziram em termos de participação relativa no total da população. E o que cresceu foi justamente a estratificação intermediária, que não é nem extremamente rica nem extremamente pobre. A avaliação que nós temos é que os trabalhadores que vinham numa condição de pobreza melhoraram a sua situação decorrente da elevação



do salário mínimo e da ampliação do emprego que o país está tendo. Esse segmento, no nosso modo de ver, não pode ser considerado de classe média. É um segmento que ganha de três a quatro salários mínimos, que ampliou sua renda e assumiu um padrão de consumo. Definir isso como classe média, no meu modo de ver, ainda é prematuro.

P: Por que os estudos do Ipea e da FGV, divulgados no mesmo dia, geraram tanta controvérsia? Como você analisa a co-

bertura da mídia sobre esses trabalhos?

R: Não foi uma cobertura imparcial. Foram dois estudos divulgados de maneira distinta: o que o Ipea divulgou foi um pré-release, uma síntese dos elementos principais de pesquisas que estão em andamento na instituição. Foi por isso que nós criamos os comunicados da presidência que antecipam temas que estão sendo elaborados e pesquisados na casa. E isso é feito evidentemente com a participação do próprio pesquisador. Nós colocamos luz sobre aspectos que achamos interessantes naquele momento, chamando atenção para esses dados, mas em seqüência teremos discussões e livros que aprofundam aquilo que foi antecipado. O foco daquele estudo foi sobre os dois extremos da distribuição de renda, o 1% mais rico da população e aqueles que vivem em condição de extrema pobreza.

O trabalho da FGV foi muito mais ousado. Ele pretendeu denominar uma categoria social e colocar luz sobre ela, o que nós não fizemos. São estudos diferentes, que até de certa maneira se complementam, uma vez que nós tratamos dos extremos da distribuição de renda e o trabalho da FGV olhou mais os grupos intermediários dessa distribuição.

P: O processo observado no estudo do Ipea pode ser atribuído diretamente ao governo do Presidente Lula? Qual foi o papel do governo Fernando Henrique Cardoso? Até que ponto outros fatores, como o contexto internacional favorável até 2007, contribuíram para esses resultados?

R: Os dados que nós utilizamos são provenientes da pesqui-

sa mensal de emprego, feita em seis regiões metropolitanas. O estudo tem como referência o ano de 2002 porque nesse ano o IBGE introduziu uma metodologia nova e melhor, mas que impede que se façam comparações com a pesquisa mensal de emprego referente aos anos anteriores. Assim, infelizmente, nós temos um período curto, mas não temos outra alternativa devido à restrição metodológica da pesquisa do IBGE.

Mesmo assim, nós analisamos o período de 1992 a 2006 nas regiões metropolitanas a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). E ela mostra duas coisas.

A primeira é que houve uma redução da pobreza no Brasil logo na introdução do plano real, mas a partir de 1996, 1997, nós tivemos um aumento da pobreza no Brasil.

Isso mostra que a estabilidade monetária contribuiu em um primeiro momento para reduzir a pobreza, mas não é suficiente para garantir que a pobreza continue num nível baixo ou até mesmo continue reduzindo. Há outros elementos fundamentais, como a geração de emprego, políticas de transferência de renda, o salário mínimo e o próprio crédito. Podemos identificar que durante o governo FHC o que se deu de redução de pobreza foi no início o Plano Real, quando ele nem era o presidente, mas o Ministro da Fazenda que implementou o plano. Já na segunda metade do primeiro governo FHC a redução da pobreza não ocorreu, pelo contrário, ela aumentou.

No caso da redução da pobreza a partir de 2002, o que se nota é que em 2003, no primei-

ro ano do governo Lula, a pobreza aumentou, pelas políticas recessivas adotadas em 2003. A pobreza nas regiões metropolitanas começou a cair a partir de 2004 e tem reduzido. Isso tem a ver com a reativação da economia nacional. De 2006 pra cá, a média de expansão o PIB tem sido duas vezes maior do que a verificada no período anterior, subindo de 2,3% ou 2,4% para 4,2% ou 4,3%, e isso traz inexpressavelmente maior ampliação do emprego e melhores condições de negociação dos salários por parte dos sindicatos.

É importante ressaltar que os sindicatos têm tido melhores resultados nas negociações coletivas. Já que aumentaram os lucros e o faturamento das empresas, os sindicatos estão em parte contribuindo para uma melhor distribuição de renda e uma queda da pobreza.

P: Com a piora do cenário internacional, o repique da inflação e o aumento da taxa Selic em 2008, você acredita que os ganhos sociais serão estancados este ano?

R: Avaliando os indicadores mensais, nós ainda não verificamos sinais de piora no quadro social. O efeito da inflação, por ser uma inflação de natureza importada, não contaminou os demais preços, o que levaria a uma inflação acelerada, crescente. Nós imaginamos inclusive que ela está entrando em um momento de desaceleração. Evidentemente que essa oscilação nos preços tem impacto. Os de menor renda estão protegidos, porque houve reajuste no valor do Bolsa-Família e do salário mínimo. Seria muito mais prejudicial se a inflação continuasse acelerando, certamente.

Os impactos negativos da desaceleração mundial podem ser percebidos no comportamento das exportações, mas ainda não há sinais muito efetivos no Brasil. Podem ter um impacto mais para frente. **Então a nossa avaliação é que o Brasil talvez sofra os efeitos das decisões tomadas em relação aos juros, da inflação e dos efeitos da economia internacional ao final deste ano ou no ano que vem. Este ano, pelo menos com os dados que temos até o momento, não esperamos um agravamento da questão social.**

P: O que o governo federal deve fazer para melhorar o quadro de distribuição da renda no país, agora que as condições internacionais e internas já não são mais tão favoráveis?

R: A parte importante na redução da desigualdade, da renda do trabalho e até mesmo da taxa de pobreza está relacionada diretamente com as políticas sociais: desde a Constituição de 1988, a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, que protegia os segmentos mais frágeis da população, a Previdência Social incorporando pessoas do campo no sistema de aposentadoria, e mais recentemente os programas de transferência direta de renda como o Bolsa-Família. Esses fatores resultaram em uma geração de políticas sócias favoráveis à redução da desigualdade.

Nós acreditamos que essa geração já está ocupando o potencial que ela tem na redução da desigualdade. É necessário que Brasil tenha uma nova geração de políticas, a começar, por exemplo, pela implementação de

uma profunda reforma tributária, que fizesse com que os ricos no Brasil começassem a pagar impostos, aliviando a tributação dos segmentos mais pobres do país, que são justamente aqueles que mais contribuem na arrecadação tributária. A reforma tributária poderia ter um papel fundamental na redução da desigualdade e da pobreza.

P: Desde o início da sua gestão, setores da imprensa te acusam de promover uma espécie de “caça às bruxas” dentro do IPEA, isolando técnicos que divergiam de suas posições. Como você responderia a essas críticas?



R: O fato de haver críticas à nossa gestão é um elemento saudável, que faz parte da democracia. Assim como há aqueles que criticam, há os que nos parabenizam pelas decisões tomadas. Um homem público tem que conviver com as críticas e o apoio.

No entanto, as críticas que foram feitas não têm fundamento, já que não temos um caso que pudesse ilustrar a perseguição e a exclusão de colegas, como nos acusam. Pelo contrário,



o Ipea vive talvez um dos momentos de maior liberdade do ponto de vista da produção da pesquisa aplicada. Não há, como ocorreu em outros momentos, proibição da divulgação de textos e artigos. Nós fecharemos o ano como o momento de maior produção intelectual da casa, do ponto de vista de registro de indicadores, o que é inegavelmente um exemplo de que todos que querem participar têm espaço para sua produção. Evidentemente, é uma produção cada vez mais orientada para a aplicação de políticas públicas e para um projeto de desenvolvimento nacional.

É um momento de grade riqueza na participação de pesquisadores de outras universidades e organismos públicos. Nós montamos cinco grandes redes com programa de bolsas com instituições de formadores de pesquisadores, como a ANPEC e a ANPOC, com instituições de pesquisas estaduais. Nunca antes o Ipea viveu um momento de tanta articulação e integração com pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais. Nós precisamos considerar a crítica com base em dados reais, e até agora

a crítica não foi acompanhada de dados concretos que nos fizessem modificar a postura que temos tido até o momento.

P: Quais os seus principais projetos para fortalecer o Ipea enquanto um órgão capaz de pensar e planejar o futuro do nosso país?

R: Primeiro, a recuperação do Ipea enquanto instituição voltada para duas finalidades. A primeira é o acompanhamento e monitoramento de políticas públicas. Nós fizemos nesse primeiro ano de gestão a assinatura de 40 convênios, que mostram a vinculação do Ipea com instituições que fazem políticas públicas, como os ministérios, estatais, instituições públicas, legislativo etc.

A segunda é o desenvolvimento. Isso nós estamos fazendo não apenas por um esforço interno, como também através da construção de redes que mobilizam e integram a inteligência nacional e os diferentes saberes que tem o Brasil e o mundo, para essa perspectiva de uma inserção internacional soberana, para uma macroeconomia do pleno emprego, uma sustentabilidade ambiental. Nós temos sete grandes eixos de desenvolvimento e estamos voltados para a sua realização.

Isso implica um fortalecimento institucional do Ipea. Nós estamos fazendo um concurso com 80 novas vagas. É o maior concurso nos 44 anos de história da instituição. Simultaneamente, estamos ampliando o orçamento do Ipea, que é o instrumento que viabiliza a capacidade de ampliação do trabalho do Ipea. ☺

Molon PT

■ A cidade do Rio de Janeiro vem, há muitos anos, cultivando a estagnação econômica e acumulando desigualdades, fruto da inapetência ou da má fé dos que a governam. O somatório disso foi a marginalização de uma parte considerável de seus habitantes, confinados em guetos hoje dominados por máfias criminosas que humilham os cidadãos de bem e disseminam a insegurança, jogando na vala a qualidade de vida e criando uma cidade profundamente injusta. Por consequência, uma cidade violenta, em que o poder não dialoga com a sociedade, o que impede boa ambiência de negócios e cria um círculo vicioso e destrutivo.

É preciso romper com isso, achar saídas que gerem investimento e emprego. Temos de facilitar os deslocamentos produtivos por meio de um bom sistema de transportes, melhorar a educação e a saúde, e garantir a segurança de todos os cidadãos. É preciso criar um círculo virtuoso, que se oponha a essa tendência para o descabro, e que recupere o ânimo da população. É preciso restaurar os direitos dos cidadãos de ocupar os espaços públicos, de circular, de ter condições decentes de vida.

A primeira medida que proponho é ativar o Conselho de Desenvolvimento, para que o setor privado, com apoio da Agência de Desenvolvimento da cidade, trace estratégias de desenvolvimento, de forma a criar boa ambiência de negócios, facilitando a vida dos empreen-

dedores. Quero facilitar a vida dos que precisam abrir empresas e hoje enfrentam um ritual desanimador. Vou firmar convênio com os governos federal e do estado para virtualizar em um só local os procedimentos de abertura e de baixa de empresas. Isto irá estimular a formalização.

É preciso notar que na base da pirâmide social há um mercado crescente, estimulado por políticas do Governo Federal que estão melhorando a distribuição da renda. Podemos atuar nessa direção, unindo a cabeça pensante das universidades e os setores empresariais, de modo a criar produtos para esses novos consumidores. O estímulo a essas atividades virá do Banco da Cidadania, que pretendo criar para trabalhar com o microcrédito, hoje uma ficção.

Outro o aspecto importante: vamos articular políticas que integrem as áreas de cultura, música, esportes, design, moda, cinema e vídeo, estimulando atividades intensivas em emprego. O turismo também exige uma estratégia, seja de cluster - ou destinado a atrair cidadãos que querem vir conhecer a cidade, conviver com ela.

As características do Rio, com festas inigualáveis e regiões atraentes como a Lapa, recomendam o segundo tipo de turismo. Vamos fazer um calendário que consolide o que já existe e ofereça alternativas em outras épocas, para conquistarmos fatia ainda maior do turismo.

Um aspecto em que não podemos descuidar é o ambiental. Vamos montar uma estratégia que demonstre preocupação radical com as questões ambientais. Por exemplo: todos os parques da cidade serão referência do ponto de vista da conservação e do calendário de atividades e eventos.

Eu pretendo reconquistar a cidade para os seus cidadãos, dialogando com a sociedade e implantando políticas de bem-estar e segurança. E essa cidade reconquistada nos permitirá criar a Marca Rio.

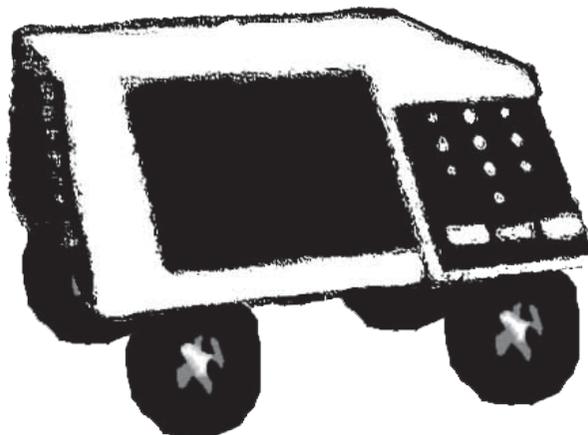
Arelada a ativos intangíveis, como a música, irá impulsionar eventos que consolidem o Rio como destino turístico.

Mas o Rio não é só diversão, lazer, cenário. É uma cidade com um ativo muito forte na área de ciência e tecnologia, pois aqui estão di-



versas universidades e centros de pesquisa. Dentro dessa ótica, pretendemos criar o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia e um fundo para alimentar projetos, com apoio da Agência de Desenvolvimento do Rio de Janeiro. Com a informática pode ocorrer o mesmo, e o apoio viria de incentivos fiscais.

Esta cidade linda, que tem indústria, que tem turismo, que tem lazer, que tem ciência e tecnologia, tem também um centro histórico riquíssimo, a área do retroporto. Vou administrar essa riqueza por meio de uma companhia, em parceria com o Governo Federal, que irá aproveitar a valorização daquela área, com os investimentos que faremos, para vender os terrenos e usar os recursos em sua preservação, evitando que boa parte da história desta cidade desapareça por conta do abandono que viveu até agora.



Paulo Ramos PDT

■ O centro das políticas do meu programa de governo é o ser humano e o coração desta organização é a habitação, que avalio ser um dos fundamentos da vida das famílias. Todas as demais políticas terão por centro a habitação, desde o meio ambiente com saneamento básico, coleta e retirada do lixo, ampliação e manutenção das estruturas viárias, educação pública de qualidade, saúde, segurança, transporte coletivo, cultura e lazer, segurança, iluminação pública.



O meu governo irá fazer um grande esforço tanto de melhoria da habitação popular como de outras áreas. A saúde pública, por exemplo, nunca será enfrentada apenas pela prefeitura: ela não deve representar menos de um quarto dos serviços públicos. É preciso que o município assuma a gestão plena do SUS e a liderança no setor.

Na educação pública voltarei ao programa de Educação de Tempo Integral, eixo de nossas políticas públicas e compromisso histórico de fundo de nosso partido. O transporte coletivo será baseado na matriz origem e destino, será integrado tanto em termos tarifários como entre os modais. Ainda em relação aos transportes, irei desenvolver um trabalho junto às prefeituras da região metropolitana, pois avalio que não é possível uma solução única para o município do Rio de Janeiro. Defendo que a solução para os transportes passa pela integração e por investimentos contínuos. Sustento, também, que a população deve ser ouvida no tocante às prioridades. Tenho dito que com

o dinheiro que o governo federal pretende gastar com a construção do trem bala Rio - São Paulo, podemos resolver praticamente toda a problemática viária da cidade e, em grande parte, da região metropolitana.

Vamos estimular parcerias, mas a parceria num governo cujo eixo é o ser humano tem um efeito muito mais amplo do que parcerias feitas apenas para vantagens restritas. Não adianta que só uma parte tenha vantagens. Naturalmente que vamos definir as áreas e os projetos onde as parcerias sejam convenientes ou necessárias, observando, sempre, o interesse público e considerando a transparência para todas as ações de governo.

Pretendo criar um conselho de desenvolvimento econômico e social, pois a participação de empresários e das entidades representativas dos vários segmentos devem ser ouvidas. Temos de garantir a participação e a democracia. Este conselho irá construir soluções, ouvindo quem tem experiência como o SEBRAE-RJ, por exemplo. Vou ouvir e contar com a participação dessas entidades representativas, especialmente das micro e pequenas empresas que têm papel fundamental na economia com geradores de empregos, renda, trabalho. Um programa responsável de estímulo será criado considerando a vocação e as oportunidades que devem ser alavancadas, fomentadas e apoiadas.

Irei trabalhar com afinco para o retorno do planejamento metropolitano integrado, que definirá as grandes questões como da Baía da Guanabara, os lixões, os transpor-

te coletivo, o crescimento das manchas urbanas, os distritos especializados, segurança pública entre outras questões.

Embora todos saibam, que a Segurança Pública não é uma questão de responsabilidade do Município, o Município pode colaborar com o Governo Estadual no sentido de prover condições para melhoria do policiamento ostensivo, com construções de guaritas ou destacamentos para a Polícia Militar e também dinamizando a atuação conjunta ou não da Guarda Municipal dotada neste caso de meios de comunicação eficientes ligados também ao Centro de Operações da Polícia Militar para que a Guarda possa intervir e resolver os casos chamados de pequenos delitos e que ocupam demasiado tempo da PM na solução destes.

Estando a Guarda Municipal ocupando suas funções na proteção dos próprios municipais, aqui incluídos parques, praças e jardins, não deixa de participar no policiamento ostensivo, pois estará à disposição do cidadão, dando-lhe segurança nas suas atividades de lazer.

Entendo também que as atividades do controle de trânsito atualmente exercido pela GM deveria ser executado pela PM, por ser uma forma da presença ostensiva no Policiamento.

A GM no meu Governo será estatutária, para que exerça o Poder de Polícia Administrativa necessária ao cumprimento das tarefas de competência municipal.



Solange Amaral DEM

■ O nome da minha coligação diz muito sobre meus planos para nossa Cidade Maravilhosa: Experiência e Sensibilidade pra Cuidar do Rio. Quero cuidar do carioca e fazer com que nosso município se desenvolva cada vez mais. Com a experiência administrativa e com a capacidade de diálogo que adquiri ao longo da vida, vou trabalhar em harmonia e de forma integrada com os Governos Federal e Estadual, a fim de colocar em prática uma agenda metropolitana, através de um consórcio com os municípios vizinhos. Muitos problemas que enfrentamos podem ser resolvidos com consenso e união. É disto que nossa cidade precisa.

O Rio tem que recuperar a centralidade e atrair empresas. Vou criar um escritório municipal de atração de investimentos, para trazer novas companhias e empregos. Também considero importante a implantação do Programa de Incentivo ao Comércio de Rua, com apoio e orientação aos comerciantes dos bairros. É preciso melhorar o ambiente de negócios da cidade.

Para incentivar micro e pequenos empresários, vou criar o Banco Municipal de Microcrédito, para incentivar novos empreendimentos e evitar o fechamento de empresas. Também vou implantar 25 postos do programa Carioca Empreendedor em toda a cidade.

Considero importante apoiar a Rio Soft e a feira RioInfo para consolidar e expandir o pólo de informática da cidade. E considero de suma importância

o apoio da Prefeitura a eventos como a Fashion Rio, semana de moda que ajuda a fortalecer a indústria local. Outro nicho que pode ser bastante explorado é a área securitária. Vou lutar para que o Rio seja um pólo de seguro e resseguro.

O Rio precisa ainda desenvolver plenamente a sua vocação turística, investindo em nichos específicos, como o esporte, o entretenimento, negócios e ecoturismo. Na área da administração municipal, vou implantar o sistema de governo eletrônico, reduzindo a burocracia e encurtando o prazo para obtenção de documentos públicos.

Para garantir o desenvolvimento social, pretendo investir em várias frentes. A construção de 25 Vilas Olímpicas, a expansão do Favela-Bairro para mais 100 comunidades, a criação do Banco Carioca de Habitação são alguns dos projetos que merecerão especial atenção no meu governo.

Uma cidade que preza o desenvolvimento, não pode desejá-lo a qualquer preço. Em pleno século XXI, temos que investir no desenvolvimento sustentável, que garanta estabilidade às futuras gerações. A defesa do Meio Ambiente é fundamental para o Rio de Janeiro. Tenho propostas que vão garantir a transformação do Rio na capital brasileira da luta contra o aquecimento global, do combate à poluição e da preservação do meio ambiente.

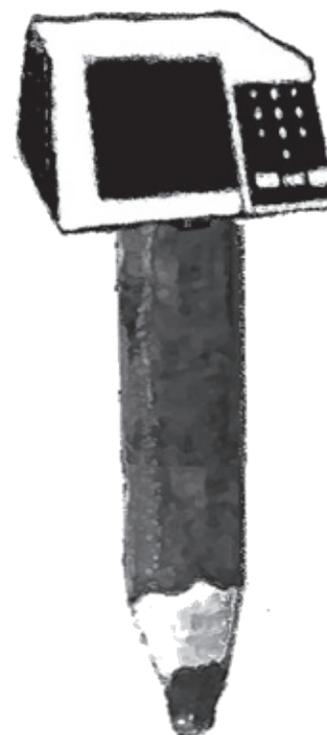
Vou criar o programa Rio Carbono Zero, para estimular a redução das emissões de carbono. Além disso, vou investir em saneamento ambiental para melhorar a qualidade da água das praias, rios e lagoas e, conseqüentemente, evi-

tar a proliferação de doenças decorrentes da falta de tratamento do esgoto. A Prefeitura já tem um financiamento internacional aprovado para a despoluição das Lagoas da Baixada de Jacarepaguá e vou me empenhar para que o programa seja implementado o quanto antes. Também vou fiscalizar e cobrar a despoluição da Baía de Guanabara por parte do Governo do Estado. Para equacionar o problema do destino do lixo, vou implantar um moderno Centro de Tratamento de Resíduos, ecologicamente adequado, desativando o Aterro de Gramacho.

Também considero importante a parceria com a iniciativa privada e desenvolverei ações de incentivo à neutralização das emissões de carbono em eventos que sejam re-

alizados em áreas públicas. Vou criar o selo Empresa Amiga do Meio Ambiente Carioca para empresas dispostas a colaborar.

Outra questão importante, que encaro como uma prioridade, é o planejamento de trânsito e transportes, que melhora a qualidade de vida dos trabalhadores da nossa cidade. Vou colocar em prática projetos vitais para garantir a locomoção segura e rápida do carioca, reduzindo os custos e o tempo de deslocamento e respeitando o meio ambiente. Para isso, mais uma vez, firmarei parcerias com os governos Estadual e Federal, integrando os diferentes modais. Tecnologia e qualidade na operação serão marcas da minha gestão.



Sonho
realizado em
1 minuto?



Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br



Carlos Eduardo Frickmann Young, Érico Rial Pinto da Rocha e Gabriel Browne de Deus Ribeiro são os autores do trabalho que ficou em segundo lugar no I Prêmio Opinião Profissional, conferido pelo Corecon-RJ. O prêmio é anual e aberto a economistas registrados no Conselho. São aceitos apenas artigos inéditos que não foram publicados em livro ou na grande imprensa. O tema da primeira edição do concurso foi "Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente". Veja um resumo do trabalho.

Conservação Florestal e Desenvolvimento Sustentável

- Carlos Eduardo Frickmann Young
- Érico Rial Pinto da Rocha
- Gabriel Browne de Deus Ribeiro

A pesar de todo o avanço científico acerca da importância da conservação ambiental e de como isso afeta a população, em particular os mais pobres, ainda persiste no Brasil a visão de que políticas ambientais são um entrave ao crescimento econômico. Nesse momento, há forte pressão dos ruralistas para reduzir a área de terras indígenas e o percentual mínimo de florestas nativas que legalmente deve ser mantido preservado em propriedades privadas. O discurso que lideram o lobby para alterar o Código Florestal é calcado na visão de que a preservação dos biomas nativos seria incompatível com a expansão da fronteira agropecuária, e que o desmatamento seria um mal necessário para garantir o crescimento econômico das áreas rurais brasileiras. No entanto, estudos recentes demonstram que não existe sustentação analítica ou empírica para o mito de que o desmatamento é necessário para o crescimento econômico, a geração de emprego e renda no campo.

A raiz histórica dessa visão está associada ao uso predatório

dos recursos naturais como subsídio à formação econômica brasileira. A perda de áreas florestadas sempre foi vista como necessária à ocupação territorial e consolidação dos processos de produção estabelecidos no Brasil rural desde a era colonial. Todos os grandes ciclos econômicos (pau-brasil, açúcar, ouro e café) utilizaram de forma desordenada os recursos naturais, sem, entretanto, desenvolver formas sustentáveis que possibilitassem a superação das contradições econômicas e sociais. O resultado desse processo foi, e ainda é, o enriquecimento de poucos à custa de fortes desequilíbrios no campo, com geração de excedentes de mão-de-obra. Dessa forma, a válvula de escape para acomodar a pressão social dos chamados "sem-terra" é a expansão da fronteira agrícola em áreas de floresta.

Contudo, os mitos citados não se sustentam após uma análise rigorosa de indicadores econômicos. Com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE, Young (2006) e Neves (2006) demonstram que não existe correlação entre desmatamento e desenvolvimento para os municípios da Mata Atlântica. Tomando como base dados referentes a 1430 municípios das Regiões Sudeste e Sul

no período 1985/95, esses estudos demonstram que o desmatamento avançou mais nos municípios onde o emprego rural tendeu a cair e o desempenho agrícola foi mais medíocre do que na média. Adicionalmente, Neves (2006) demonstra que desmatamento e IDH são negativamente correlacionados para os municípios estudados, comprovando econometricamente que, onde o desmatamento foi maior, o IDH é menor.

Ou seja, fica claro que o aparente antagonismo entre conservação florestal e desenvolvimento econômico não sobrevive a análises mais rigorosas. Por outro lado, existe uma gama de oportunidades que conjugam ampliação dos níveis de emprego e renda com conservação ambiental, em um modelo de desenvolvimento propriamente sustentável. Uma gestão ambiental adequada acarreta ganhos de produtividade, visto que pode minimizar custos devido à ampliação da eficiência no uso de energia e matéria prima no processo produção. Além disso, o produtor pode ampliar seu mercado consumidor - já que a demanda por produtos ambientalmente corretos é crescente - e ainda melhorar sua imagem junto à sociedade.

Novos mercados estão surgindo através do pagamento por ser-

viços ambientais (PSAs). Os PSAs ocorrem quando aqueles que se beneficiam do serviço ambiental criam um incentivo econômico positivo ("pagamento") para que o proprietário ou gestor da área em questão invista na conservação. Esses sistemas podem garantir fontes estáveis de receitas para projetos de conservação, além de promover a geração de emprego e renda nas áreas beneficiadas.

Mas para que haja sucesso nessas iniciativas é preciso uma forte presença do setor público, e que o marco regulatório incentive a postura pró-ativa dos agentes privados. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas que privilegiem projetos e empresas ambientalmente corretos pode acelerar a percepção do setor empresarial em relação às oportunidades de ganho atreladas a conservação ambiental, contribuindo para a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável. 

* Carlos Eduardo Frickmann Young: PhD em Economia pela University College London, Coordenador do Grupo de Economia do Meio Ambiente (GEMA) da UFRJ e Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ.

* Érico Rial Pinto da Rocha: aluno de graduação do Instituto de Economia da UFRJ e bolsista do GEMA.

* Gabriel Browne de Deus Ribeiro: aluno de graduação do Instituto de Economia da UFRJ e bolsista do GEMA.



Thiago Reder Lenzi, formado pelo IE/UFRJ, foi o segundo colocado no tradicional Prêmio de Monografia Economista Celso Furtaido, que está na 18ª edição e agracia os autores dos melhores trabalhos de fim de curso das faculdades de economia com sede no Estado do Rio de Janeiro. Thiago foi orientado pela Professora Maria da Graça Derengovski da Fonseca. Veja um resumo do trabalho.

Mudança no Padrão Competitivo da Telefonia Fixa após a Tecnologia VoIP

■ Thiago Reder Lenzi*

Em 1876, o telefone surgiu por invenção de Graham Bell. Sua popularização fez surgir o Sistema Telefônico Fixo Comutado: uma complexa rede para que os usuários possam estar acessíveis entre si.

VoIP é uma tecnologia de recursos computacionais para fins de telecomunicações, baseada no envio de voz codificada em dados através de rede IP, como a Internet. Data-se aproximadamente de 1998 sua viabilidade prática para conversação com qualidade aceitável. Antes, faltavam *links* de banda larga para tal.

A extensa instalação de redes óticas no período 1990-2000 (período áureo das empresas de telecomunicações) possibilitou aumento da oferta de banda larga para grande maioria dos países a preços declinantes. A adoção do serviço parece ter correlação com a oferta de banda larga (sendo esta a primeira a crescer), pois a banda estreita restringe sustentar a conversação fluente: é um impeditivo técnico para que o custo-benefício do uso da nova tecnologia seja benéfico.

O STFC requer uma rede dedicada onde só transita voz. Já para VoIP a rigor não se pressupõe: o transporte de voz é igual ao de dados. É grande a diferença de *modus operandi* do STFC e de VoIP: o primeiro é baseado na comutação de circuitos telefônicos e o segundo, baseado na comutação de pacotes em protocolo IP. O protocolo TCP/IP é um padrão de comunicação. Sem protocolo, os terminais de uma

rede ignoram como comunicar-se.

Como VoIP se utiliza de estruturas existentes de telecomunicações e algoritmos matemáticos para lhes possibilitar novas funções, atinge-se o conceito Schumpeteriano de inovação, da nova “combinação de materiais e conhecimento”. O aspecto inovador prático dessa tecnologia é a ruptura: a flexibilização do poder proveniente da detenção de redes altamente capilares pelas empresas líderes de mercado, pois “aprisionam” a clientela. Tal capilaridade traz vantagens às empresas estabelecidas pois já chegam até a última milha (efetivamente à casa do assinante), impondo fortes barreiras à entrada e instrumentos de barganha. A última milha é o problema das empresas novas de telecomunicações STFC, pelos custos fixos altos de redes e problemas regulatórios.

Há suspeitas de que o tráfego STFC cresce cada vez menos devido a tecnologias como o VoIP. O tráfego VoIP aumenta especialmente na América Latina e Ásia, a despeito da verificada queda das tarifas internacionais pelo globo (perda de receita das empresas STFC).

VoIP é mais usado onde os preços dos *links* de banda larga caíram enquanto os preços das chamadas de longa distância tiveram queda menor. Onde as redes STFC estavam amortizadas, as tarifas já haviam cedido, não compensando migrar para VoIP. A migração dependerá da necessidade do usuário: somente onde e quando esses ganhos forem suficientemente vantajosos é que deverá haver massificação.

A tecnologia permitiu novos concorrentes antes impensados, como exemplo TVs a Cabo, com pequeno custo. Os custos da empresa VoIP são menores por diversos fatores: menor necessidade de investimento em redes; menor suporte técnico; quase inexistentes encargos regulatórios; poder ter sede em países com baixos impostos: Assim, o custo marginal de VoIP em grande parte dos casos pode situar-se próximo ou igual a zero.

A tecnologia permite a concorrência global: o serviço pode ser contratado de fora para dentro, subvertendo o padrão de concorrência conhecido. A mudança não é abrupta no curto prazo, porém paulatina. Talvez a maior marca da mudança seja a migração das empresas STFC para VoIP, como a Verizon nos EUA. Num movimento reativo, essas empresas oferecem VoIP junto a outros serviços para manter o influxo de receitas e retenção de *market share*.

O crescimento do uso de VoIP é impressionante mas ainda está distante a troca total para telefonia IP. Desvantagens técnicas, menor segurança e inconveniências relevantes ainda não contornadas justificam em parte isso. Mesmo havendo casos extremados, a escolha da superposição STFC e VoIP oferece aos usuários um caminho mais fácil e seguro, desfrutando do “melhor dos dois mundos”: enfim, é muito mais um caminho de evolução do que de revolução. 

* Thiago Reder Lenzi tem 23 anos e atualmente é estudante de Direito na UNIRIO.

A Profissão Ameaçada

Projeto de Lei, em tramitação, fragiliza a regulamentação profissional dos economistas



Tramita no Senado Federal desde 13 de novembro de 2007 o Projeto de Lei nº 658/07 de autoria do Senador Inácio Arruda. A iniciativa visava atualizar e reformular a legislação reguladora do exercício profissional dos economistas, principalmente no que diz respeito às atividades privativas e inerentes a nossa profissão, originariamente definidas na Lei 1.411/51 e no Decreto 31.794/52, já bastante descolados da realidade.

O Corecon-RJ, ao analisar o projeto, constatou a necessidade de melhorar a redação de certos artigos, de forma a estabelecer claramente as diferenças entre as atividades a serem exercidas pelos economistas e as prerrogativas de outras profissões. Em relação aos artigos que tratam da estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, foi verificada grave distorção relacionada à representação dos economistas no Plenário daquela Autarquia. A forma como a questão está prevista no projeto leva à inaceitável situação em que conselhos com poucos economistas inscritos estejam representados, naquela instância, com o

mesmo peso daqueles que têm muitos inscritos. Esta redação contraria a intenção do legislador que por último tratou do tema, ou seja, de garantir a representação proporcional.

Diagnosticados os problemas, o Corecon-RJ buscou dialogar com o Conselho Federal e com o autor do projeto sobre as alterações que pretendia apresentar. Em todas as tentativas, não obteve sucesso, na medida em que o Plenário do Co.F.Econ, hoje composto por 29 conselheiros, sendo 3 de São Paulo, 2 do Rio de Janeiro e 1 de cada estado da federação, por maioria, derrotou suas propostas.

Até então, o projeto de lei, embora imperfeito, não chegava a ser lesivo em demasia aos interesses dos economistas, em relação ao seu aspecto mais importante que é a atualização da legislação que regulamenta nossas atividades profissionais. Se efetuados os ajustes, seria possível salvá-lo. Porém, a situação alterou-se significativamente após a apresentação do relatório do Senador Expedito Júnior, a quem coube a relatoria do projeto na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Em Audiência Pública realizada em 2 de abril, à qual enviamos representantes, tomamos conhecimento de várias emendas por ele apresentadas que desfiguraram completamente o projeto original:

- 1) substituição da expressão “econômico-financeira” pela palavra “econômica”, na descrição de várias atividades privativas da profissão de economista.
- 2) substituição da expressão “São atividades inerentes à profissão de economista” por nova categoria, por ele criada, com a seguinte redação: “São atividades facultadas à profissão de Economista, sem prejuízo de seu exercício por outras profissões regulamentadas”.
- 3) reclassificação de algumas atividades privativas para a nova categoria.
- 4) reclassificação de todas as atividades inerentes para a nova categoria.
- 5) Exclusão de atividades inerentes ao campo profissional do economista.

Como justificativas para suas emendas, o Senador Expedito Júnior menciona, na maioria das vezes, injunções realizadas por outras categorias profissionais, em especial, as dos contadores e administradores. Em nossa opinião, a prática adequada nesses casos seria a realização de mais audiências públicas, onde seriam debatidos os aspectos técnicos pertinentes.

A partir de então, os Conselhos Regionais de Economia da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, nos quais estão inscritos 72,3% dos economistas, encaminharam ofício ao atual presidente do Conselho Federal de Economia, solicitando que fossem tomadas providências no sentido de plei-

tear a interrupção da tramitação do PLS. Naquela correspondência apontava-se que a desfiguração do projeto era de tal ordem que tornava preferível a manutenção da legislação anterior.

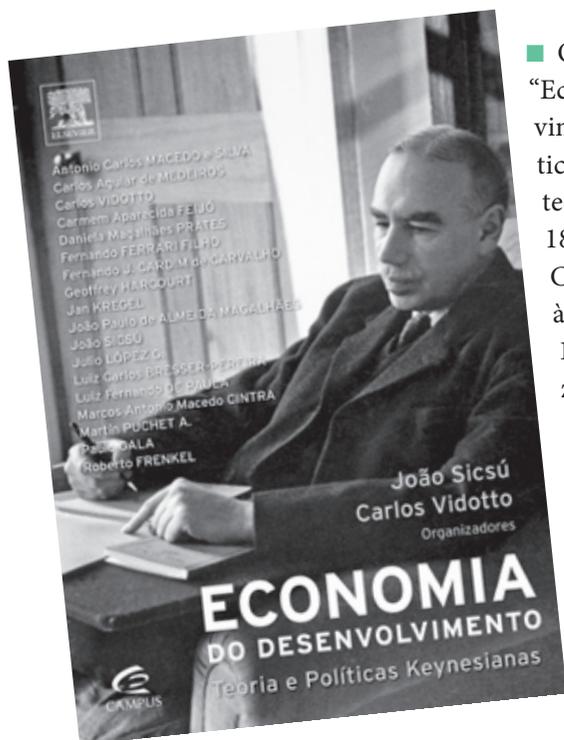
Não tendo obtido o êxito esperado com o ofício, os conselhos supramencionados, além de continuar submetendo seu pleito ao Plenário do Conselho Federal, iniciaram contatos diretos com os senadores da Comissão de Assuntos Sociais e obtiveram apoio no sentido de fazer o projeto tramitar também pelas comissões de Educação e Assuntos Econômicos daquela casa, a fim de que fosse possível apresentar suas propostas e garantir a realização dos necessários debates.

Entretanto, informados de que o relatório do Senador Expedito Júnior já é parte integrante do projeto, suas emendas tramitarão anexas a ele e serão futuramente levadas a votos, podendo causar significativos prejuízos à categoria ao ser aprovadas total ou parcialmente, esses conselhos regionais, aos quais se juntaram os de Santa Catarina e Paraná, totalizando mais de 80% da categoria, reapresentaram a proposta de retirada do projeto. Vitoriosa no Plenário do Cofecon, a proposta não foi implementada. Ao contrário, a Comissão encarregada de por em prática a decisão insiste em trabalhar pelo prosseguimento da tramitação do PLS e nenhum contato fez com o Senador Inácio Arruda, a fim de solicitar-lhe as providências que lhe caberiam, desprezando o alto risco a que estamos expostos. ☹️

Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro

Todas as informações acerca da tramitação do PLS e quanto às ações executadas pelo Corecon-RJ para evitar a fragilização da regulamentação da profissão, encontram-se no link “A profissão ameaçada” na página do Conselho, no endereço <http://www.corecon-rj.org.br>.

Lançamento de “Economia do Desenvolvimento” no Corecon-RJ



■ O lançamento do livro “Economia do Desenvolvimento - Teorias e Políticas Keynesianas” acontece em 6 de outubro às 18h30 no auditório do Corecon-RJ, localizado à Avenida Rio Branco, 109, 19º andar. Organizado pelos professores João Sicsú e Carlos Vidotto, a obra é composta por textos de 18 autores. O livro recupera as idéias teóricas e de política econômica do maior economista do século XX, Jo-

hn Maynard Keynes. O evento de lançamento é uma promoção do Corecon-RJ, Sindecon-RJ e CED (Centro de Estudos para o Desenvolvimento). Os autores são: Antonio Carlos Macedo e Silva, Carlos Aguiar de Medeiros, Carlos Vidotto, Carmem Aparecida Feijó, Daniela Magalhães Prates, Fernando Ferrari Filho, Fernando J. Cardim de Carvalho, Geoffrey Harcourt, Jan Kregel, João Paulo de Almeida Magalhães, João Sicsú, Julio López G., Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Fernando de Paula, Marcos Antonio Macedo Cintra, Martín Puchet A., Paulo Gala e Roberto Frenkel. [le](#)

Estácio de Sá realiza seminário sobre economia

■ O Curso de Economia da Universidade Estácio de Sá realiza o I seminário “O Curso, a Profissão e a Economia Brasileira” em 8 de outubro, no Auditório II do Campus Presidente Vargas (Av. Presidente Vargas, 642, 9º andar). O evento tem como objetivo analisar e debater a econo-

mia estadual, brasileira e mundial, e aspectos ligados à profissão e ao mercado de trabalho no Estado do Rio, além de apresentar monografias de alunos. O seminário é prioritariamente voltado para os estudantes de economia da Estácio, mas economistas formados podem se inscrever

através do e-mail dmeirelles@estacio.br. A inscrição é limitada à capacidade do auditório. O professor Durval Corrêa Meirelles organiza o seminário, que contará com a participação de Regina Lucia Gadioli dos Santos e do professor Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho. [le](#)

Agenda de cursos

- **MATEMÁTICA** (setembro a dezembro - 39 horas-aula)
- **ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL** (8 a 11 de outubro - quarta, quinta e sexta das 18h30 às 21h45 - sábado de 10h às 15h15 com uma hora de almoço - 15 horas-aula)
- **MATEMÁTICA FINANCEIRA COM A CALCULADORA HP-12C** (15 de outubro a 3 de dezembro - quartas das 18h45 às 21h30 - 24 horas-aula)
- **PARA ENTENDER A CONJUNTURA ECONÔMICA** (17 de outubro a 19 de dezembro - sextas das 18h45 às 21h30 - 30 horas-aula)
- **APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA A ANPEC – 2008** (5 de janeiro a 30 de setembro de 2009 - segunda à sexta e uma vez por mês aos sábados - das 18h às 22h - de março a setembro há monitores das 16h às 18h)

Veja outras informações sobre os cursos e demais atividades do Corecon-RJ no site www.corecon-rj.org.br

Aviso de eleição

No dia 31/10/08, das 09 às 18h, serão realizadas eleições para renovação do 2º Terço de Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes do Co.R.Econ-RJ, de Delegado-Eleitor Efetivo e Suplente junto ao Colégio Eleitoral do Co.F.Econ e consulta para Presidente e Vice-Presidente - gestão de 2009. As chapas poderão ser registradas na sede do Conselho até o dia 09/10/08 às 17h. Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas, quites com suas anuidades ou com o parcelamento dos débitos referentes às mesmas, até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração. No caso do voto por correspondência o economista deverá enviar seu voto utilizando o envelope padronizado encaminhado previamente pelo Co.R.Econ-RJ. Somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhados à Caixa Postal do Co.R.Econ-RJ e recebidos antes do encerramento dos trabalhos de votação. Para o voto presencial, o economista que não tenha votado por correspondência, deverá comparecer ao local de votação, exibir junto à mesa eleitoral documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica ou alfabética dos registros neste Co.R.Econ. LOCAL DA VOTAÇÃO PRESENCIAL: Conselho Regional de Economia 1ª Região-RJ, localizado à Av. Rio Branco, 109 – 16º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ. O horário de votação será das 09 às 18h. Os trabalhos de apuração serão realizados no dia 31 de outubro de 2008, na sede do Co.R.Econ-RJ, imediatamente após encerrado o período de votação. A Comissão Eleitoral, responsável por executar e responder pelo processo eleitoral será assim constituída: Membros Efetivos: Econ. Sidney Pascoutto da Rocha; Econ. João Manoel Gonçalves Barbosa e Econ. Jorge de Oliveira Camargo, sob a presidência do primeiro. Suplente: Econ. César Homero Fernandes Lopes. A primeira reunião da Comissão Eleitoral para análise e julgamento do registro da(s) chapa(s) inscrita(s), juntamente com seus respectivos candidatos, será realizada na sede do Co.R.Econ, no dia 13 de outubro de 2008, às 18h.